



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Planalto

1

Quarta-feira • 28 de Junho de 2017 • Ano I • Nº 152

Esta edição encontra-se no site: [www.planalto.ba.io.org.br](http://www.planalto.ba.io.org.br) em servidor certificado ICP-BRASIL

## Prefeitura Municipal de Planalto publica:

- **Lei N.º 434/2017, de 27 de junho de 2017** - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2018, e dá outras providências.

## ***Imprensa Oficial***



Gestão transparente.  
Os atos do gestor são publicados  
no Diário Oficial próprio do município.

**autonomia**  
**Modernidade**  
**Transparência**

## Leis



### PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
GABINETE DO PREFEITO  
gabinete@planalto.ba.gov.br

#### LEI N.º 434/2017, DE 27 DE JUNHO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Planalto**, Estado Bahia, faz saber a todos os habitantes do Município de Planalto, Estado da Bahia, que a **Câmara Municipal de Vereadores de Planalto** APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Orçamento do Município de Planalto, Estado Bahia, para o exercício de 2018 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I** - as Metas Fiscais;
- II** - as Prioridades da Administração Municipal;
- III** - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV**- as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V** - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI** - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII** - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII** - as Disposições Gerais.

#### I - DAS METAS FISCAIS

**Art. 2º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016-STN..

**Art. 3º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 4º** - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 403, de 28 de junho de 2016-STN, 7ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2017.

#### GESTÃO 2017/2020

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
**GABINETE DO PREFEITO**  
gabinete@planalto.ba.gov.br

**Art. 5º** - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei constituem-se dos seguintes:

- PARTE I - ANEXO DE RISCOS FISCAIS.
- DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.
- 02.00.00 PARTE II - ANEXO DE METAS FISCAIS
- 02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.
- 02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.
- 02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.
- 02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.
- 02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.
- 02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.
- 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7- ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.
- 02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

**Parágrafo Único** - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

**RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

**Art. 6º** - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

**METAS ANUAIS**

**Art. 7º** - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2018 e para os dois seguintes.

**§ 1º** - Os valores correntes dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
**GABINETE DO PREFEITO**  
gabinete@planalto.ba.gov.br

de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 403/2016 da STN.

**§ 2º** - Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

**§ 3º** - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 403/2016, as METAS ANUAIS DA LDO 2018, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

### **AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

**Art. 8º** - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

**Parágrafo único** - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 403/2016, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2018, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

### **METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**Art. 9º** - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

**Parágrafo Único** - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

---

#### **GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
**GABINETE DO PREFEITO**  
gabinete@planalto.ba.gov.br

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Art. 10º** - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**Art. 11** - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o Planalto da Portaria nº 403/2016-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

**Art. 13** - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF 13.858.907/0001-38

**GABINETE DO PREFEITO**

[gabinete@planalto.ba.gov.br](mailto:gabinete@planalto.ba.gov.br)

natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas. crédito presumido, etc.

**§ 1º** - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio.

**§ 2º** - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE  
CARÁTER CONTINUADO**

**Art. 14** - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE  
RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL  
E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
DAS RECEITAS E DESPESAS.**

**Art. 15** - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

**Parágrafo Único** - De conformidade com a Portaria nº 403/2016-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2018, 2019 e 2020.

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail: [administracao@planalto.ba.gov.br](mailto:administracao@planalto.ba.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
**GABINETE DO PREFEITO**  
gabinete@planalto.ba.gov.br

---

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

**Art. 16** - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

**Parágrafo Único** - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

**Art. 17** - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

**Parágrafo Único** - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**Art. 18** - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

**Parágrafo Único** - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2018, 2019 e 2020.

---

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
**GABINETE DO PREFEITO**  
gabinete@planalto.ba.gov.br

### II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Art. 19** - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

**§ 1º** - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**§ 2º** - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 20** - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

**Art. 21** - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**Art. 22** - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

**Art. 23** - O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

**Art. 24** - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária,

#### GESTÃO 2017/2020

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto - BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
**GABINETE DO PREFEITO**  
gabinete@planalto.ba.gov.br

incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

**Parágrafo Único** - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

**Art. 25** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional a suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I. projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II. obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III. dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV. dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo Único** - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 26** - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2018, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017 (art. 4º, § 2º da LRF).

**Art. 27** - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

**Parágrafo Único** - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

**Art. 28** - O Orçamento para o exercício de 2018 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas

---

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF 13.858.907/0001-38

**GABINETE DO PREFEITO**

[gabinete@planalto.ba.gov.br](mailto:gabinete@planalto.ba.gov.br)

Correntes Líquidas previstas e 10% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

**§ 1º** - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

**§ 2º** - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2018, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 29** - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei

Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 30** - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 31** - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

**Art. 32** - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2018, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

**Art. 33** - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

**Parágrafo Único** - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail: [administracao@planalto.ba.gov.br](mailto:administracao@planalto.ba.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
**GABINETE DO PREFEITO**  
gabinete@planalto.ba.gov.br

**Art. 34** - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário- financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

**Parágrafo Único** - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 35** - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

**Art. 36** - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 37** - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

**Art. 38** - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

**Parágrafo Único** - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

**Art. 39** - Durante a execução orçamentária de 2018, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I da Constituição Federal).

**Art. 40** - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

---

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
**GABINETE DO PREFEITO**  
gabinete@planalto.ba.gov.br

**Parágrafo Único** - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

**Art. 41** - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

**V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 42** - A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

**Art. 43** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

**Art. 44** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

**VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 45** - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

**Parágrafo Único** - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018.

**Art. 46** - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2017, acrescida de

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA

CNPJ/MF 13.858.907/0001-38

**GABINETE DO PREFEITO**

[gabinete@planalto.ba.gov.br](mailto:gabinete@planalto.ba.gov.br)

5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

**Art. 47** - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 48** - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I. eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II. eliminação das despesas com horas-extras;
- III. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 49** - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

**VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA**

**Art. 50** - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

**Art. 51** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário,

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail: [administracao@planalto.ba.gov.br](mailto:administracao@planalto.ba.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF 13.858.907/0001-38  
**GABINETE DO PREFEITO**  
gabinete@planalto.ba.gov.br

poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

**Art. 52** - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

**VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 53** - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

**§ 1º** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

**§ 2º** - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

**Art. 54** - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

**Art. 55** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

**Art. 56** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 57** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto - BA, em 27 de junho de 2017.**

**EDILSON DUARTE DA CUNHA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**GESTÃO 2017/2020**

Praça Duque de Caxias, 104. Centro, Planalto – BA / Fone: (77) 3434-2137  
e-mail:administracao@planalto.ba.gov.br



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
ANEXO I - RECEITAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES	46.044.015,62	62.375.082,44	56.844.364,75	59.686.582,99	62.670.912,14	65.804.457,75
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.747.132,50	1.838.266,55	1.878.792,93	1.972.732,58	2.071.369,21	2.174.937,67
CONTRIBUIÇÕES	2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.050,00	1.102,50	1.157,63
RECEITA PATRIMONIAL	185.603,93	181.503,19	280.000,00	294.000,00	308.700,00	324.135,00
RECEITA DE SERVIÇOS	57.000,00	6.000,00	6.737,65	7.074,53	7.428,26	7.799,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.819.238,16	50.649.769,86	49.906.000,00	52.401.300,00	55.021.365,00	57.772.433,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.064,56	5.037.442,69	100.434,17	105.455,88	110.728,67	116.265,10
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	2.000,00	843.324,12	885.490,33	929.764,85	976.253,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	2.000,00	1.915,92	2.011,72	2.112,31	2.217,93
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	5.747,76	6.035,15	6.336,91	6.653,76
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	835.660,44	877.443,46	921.315,63	967.381,41
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	4.141.976,47	4.661.100,15	4.671.400,00	4.904.970,00	5.150.218,50	5.407.729,43
<b>Total</b>	<b>46.044.015,62</b>	<b>62.377.082,44</b>	<b>57.687.688,87</b>	<b>60.572.073,32</b>	<b>63.600.676,99</b>	<b>66.780.710,85</b>

Planalto-BA, 27 de junho de 2017.

EDILSON DUARTE DA CUNHA  
PREFEITO MUNICIPAL

VINICIUS M. BOMFIM  
Contador CRC nº 024.437/O



### Prefeitura Municipal de Planalto

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
ANEXO I.a - RECEITAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

#### IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2015	1.747.132,50	
2016	1.838.266,55	5,22
2017	1.878.792,93	2,20
2018	1.972.732,58	5,00
2019	2.071.369,21	5,00
2020	2.174.937,67	5,00

Nota:

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

#### RECEITA PATRIMONIAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2015	185.603,93	
2016	181.503,19	-2,21
2017	280.000,00	54,27
2018	294.000,00	5,00
2019	308.700,00	5,00
2020	324.135,00	5,00

Nota:

RECEITA PATRIMONIAL

#### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2015	39.819.238,16	
2016	50.649.769,86	27,20
2017	49.906.000,00	-1,47
2018	52.401.300,00	5,00
2019	55.021.365,00	5,00
2020	57.772.433,25	5,00

Nota:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
ANEXO I.a - RECEITAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2015	91.064,56	
2016	5.037.442,69	5431,73
2017	100.434,17	-98,01
2018	105.455,88	5,00
2019	110.728,67	5,00
2020	116.265,10	5,00

Nota:

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2015	0,00	
2016	2.000,00	0,00
2017	1.915,92	-4,20
2018	2.011,72	5,00
2019	2.112,31	5,00
2020	2.217,93	5,00

Nota:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**ALIENAÇÃO DE BENS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2015	0,00	
2016	0,00	0,00
2017	5.747,76	0,00
2018	6.035,15	5,00
2019	6.336,91	5,00
2020	6.653,76	5,00

Nota:

ALIENAÇÃO DE BENS

**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
ANEXO I.a - RECEITAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2015	0,00	
2016	0,00	0,00
2017	835.660,44	0,00
2018	877.443,46	5,00
2019	921.315,63	5,00
2020	967.381,41	5,00

Nota:

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

**DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2015	4.141.976,47	
2016	4.661.100,15	12,53
2017	4.671.400,00	0,22
2018	4.904.970,00	5,00
2019	5.150.218,50	5,00
2020	5.407.729,43	5,00

Nota:

DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
ANEXO II - DESPESAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>DESPESAS CORRENTES ( I )</b>	<b>36.511.715,25</b>	<b>49.196.040,84</b>	<b>45.312.342,33</b>	<b>47.577.959,46</b>	<b>49.956.857,43</b>	<b>52.454.700,30</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>23.331.450,23</b>	<b>27.963.858,22</b>	<b>27.207.977,71</b>	<b>28.568.376,60</b>	<b>29.996.795,43</b>	<b>31.496.635,20</b>
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	23.331.450,23	27.963.858,22	27.207.977,71	28.568.376,60	29.996.795,43	31.496.635,20
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>69.656,72</b>	<b>77.136,96</b>	<b>56.391,11</b>	<b>59.210,67</b>	<b>62.171,20</b>	<b>65.279,76</b>
Aplicações Diretas	69.656,72	77.136,96	56.391,11	59.210,67	62.171,20	65.279,76
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>13.110.608,30</b>	<b>21.155.045,66</b>	<b>18.047.973,51</b>	<b>18.950.372,19</b>	<b>19.897.890,80</b>	<b>20.892.785,34</b>
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	13.110.608,30	21.155.045,66	18.047.973,51	18.950.372,19	19.897.890,80	20.892.785,34
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL ( II )</b>	<b>2.972.227,24</b>	<b>2.531.317,90</b>	<b>5.395.793,43</b>	<b>5.665.583,10</b>	<b>5.948.862,26</b>	<b>6.246.305,37</b>
<b>Investimentos</b>	<b>2.382.261,96</b>	<b>1.125.787,96</b>	<b>4.760.871,35</b>	<b>4.998.914,92</b>	<b>5.248.860,67</b>	<b>5.511.303,70</b>
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	2.382.261,96	1.125.787,96	4.760.871,35	4.998.914,92	5.248.860,67	5.511.303,70
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>589.965,28</b>	<b>1.405.529,94</b>	<b>634.922,08</b>	<b>666.668,18</b>	<b>700.001,59</b>	<b>735.001,67</b>
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	589.965,28	1.405.529,94	634.922,08	666.668,18	700.001,59	735.001,67
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### **Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
ANEXO II - DESPESAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

RESERVA DE CONTINGENCIA ( III )	0,00	0,00	2.088,56	2.192,99	2.302,64	2.417,69
---------------------------------	------	------	----------	----------	----------	----------

**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
ANEXO II - DESPESAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total</b>	<b>39.483.942,49</b>	<b>51.727.358,74</b>	<b>50.710.224,32</b>	<b>53.245.735,55</b>	<b>55.908.022,33</b>	<b>58.703.423,44</b>

Planalto-BA, 27 de junho de 2017

EDILSON DUARTE DACUNHA  
PREFEITO MUNICIPAL

VINICIUS M. BOMFIM  
Contador CRC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III -  
ANEXO III - RESULTADO PRIMÁRIO  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	46.044.015,62	62.375.082,44	56.844.364,75	59.686.582,99	62.670.912,14	65.804.457,75
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	41.902.039,15	57.713.982,29	52.172.964,75	54.781.612,99	57.520.693,64	60.396.728,32
Receitas Tributárias	1.747.132,50	1.838.266,55	1.878.792,93	1.972.732,58	2.071.369,21	2.174.937,67
Receita de Contribuição	2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.050,00	1.102,50	1.157,63
Receita Patrimonial	185.603,93	181.503,19	280.000,00	294.000,00	308.700,00	324.135,00
Aplicações Financeiras (II)	185.603,93	181.503,19	207.604,34	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	72.395,66	294.000,00	308.700,00	324.135,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	57.000,00	6.000,00	6.737,65	7.074,53	7.428,26	7.799,67
Transferências Correntes	39.819.238,16	50.649.769,86	49.906.000,00	52.401.300,00	55.021.365,00	57.772.433,25
Outras Receitas Correntes	91.064,56	5.037.442,69	100.434,17	105.455,88	110.728,67	116.265,10
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	4.141.976,47	4.661.100,15	4.671.400,00	4.904.970,00	5.150.218,50	5.407.729,43
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	45.858.411,69	62.193.579,25	56.636.760,41	59.686.582,99	62.670.912,14	65.804.457,75
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	0,00	2.000,00	843.324,12	885.490,33	929.764,85	976.253,10
Operações de Crédito (V)	0,00	2.000,00	1.915,92	2.011,72	2.112,31	2.217,93
Alienação de Bens (VI)	0,00	0,00	5.747,76	6.035,15	6.336,91	6.653,76
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	835.660,44	877.443,46	921.315,63	967.381,41
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	0,00	0,00	835.660,44	877.443,46	921.315,63	967.381,41
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)</b>	<b>45.858.411,69</b>	<b>62.193.579,25</b>	<b>57.472.420,85</b>	<b>60.564.026,45</b>	<b>63.592.227,77</b>	<b>66.771.839,16</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>46.044.015,62</b>	<b>62.377.082,44</b>	<b>57.687.688,87</b>	<b>60.572.073,32</b>	<b>63.600.676,99</b>	<b>66.780.710,85</b>
DESPESAS CORRENTES (X)	36.511.715,25	49.196.040,84	45.312.342,33	47.577.959,46	49.956.857,43	52.454.700,30
Pessoal e Encargos Sociais	23.331.450,23	27.963.858,22	27.207.977,71	28.568.376,60	29.996.795,43	31.496.635,20
Juros e Encargos da Dívida (XI)	69.656,72	77.136,96	56.391,11	59.210,67	62.171,20	65.279,76
Outras Despesas Correntes	13.110.608,30	21.155.045,66	18.047.973,51	18.950.372,19	19.897.890,80	20.892.785,34
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	36.442.058,53	49.118.903,88	45.255.951,22	47.518.748,79	49.894.686,23	52.389.420,54
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.972.227,24	2.531.317,90	5.395.793,43	5.665.583,10	5.948.862,26	6.246.305,37
Investimentos Inversões	2.382.261,96	1.125.787,96	4.760.871,35	4.998.914,92	5.248.860,67	5.511.303,70
Financeiras Transferência de Capital Amortização da Dívida (XIV)	589.965,28	1.405.529,94	634.922,08	666.668,18	700.001,59	735.001,67
Capital Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	2.972.227,24	2.531.317,90	5.395.793,43	5.665.583,10	5.948.862,26	6.246.305,37
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	2.088,56	2.192,99	2.302,64	2.417,77
RESERVA ORÇAMENTÁRIA (XVI - a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI - I)</b>	<b>39.414.285,77</b>	<b>51.650.221,78</b>	<b>50.653.833,21</b>	<b>53.186.524,88</b>	<b>55.845.851,13</b>	<b>58.638.143,68</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>39.483.942,49</b>	<b>51.727.358,74</b>	<b>50.710.224,32</b>	<b>53.245.735,55</b>	<b>55.908.022,33</b>	<b>58.703.423,44</b>
<b>Resultado Primário (IX - XVII)</b>	<b>6.444.125,92</b>	<b>10.543.357,47</b>	<b>6.818.587,64</b>	<b>7.377.501,57</b>	<b>7.746.376,64</b>	<b>8.133.695,48</b>



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV -  
ANEXO IV - RESULTADO NOMINAL  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2015 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	56.399.267,94	63.175.422,61	61.427.950,22	64.499.347,73	67.724.315,12	71.110.530,88
DEDUÇÕES ( II )	2.885.271,85	2.419.507,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	3.185.166,11	2.484.975,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	102.975,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a Pagar Processados	402.870,12	65.467,88	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )	53.513.996,09	60.755.915,33	61.427.950,22	64.499.347,73	67.724.315,12	71.110.530,88
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	53.513.996,09	60.755.915,33	61.427.950,22	64.499.347,73	67.724.315,12	71.110.530,88
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(b - a*)</b>	<b>(c - b)</b>	<b>(d - c)</b>	<b>(e - d)</b>	<b>(f - e)</b>	<b>(g - f)</b>
	<b>-1.822.379,70</b>	<b>7.241.919,24</b>	<b>672.034,89</b>	<b>3.071.397,51</b>	<b>3.224.967,39</b>	<b>3.386.215,76</b>

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2014(R\$55.336.375,79)

Planalto-BA, 27 de junho de 2017

EDILSON DUARTE DACUNHA  
PREFEITO MUNICIPAL

VINICIUS M. BOMFIM  
Contador CRC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V -  
ANEXO V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	56.413.355,92	56.399.267,94	63.175.422,61	61.427.950,22	64.499.347,73	67.724.315,12	71.110.530,88
Dívida Mobiliária	56.413.355,92	56.399.267,94	63.175.422,61	61.427.950,22	64.499.347,73	67.724.315,12	71.110.530,88
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES ( II )	1.076.980,13	2.885.271,85	2.419.507,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	3.309.710,79	3.185.166,11	2.484.975,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	102.975,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a Pagar	2.232.730,66	402.870,12	65.467,88	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>55.336.375,79</b>	<b>53.513.996,09</b>	<b>60.755.915,33</b>	<b>61.427.950,22</b>	<b>64.499.347,73</b>	<b>67.724.315,12</b>	<b>71.110.530,88</b>

Planalto-BA, 27 de junho de 2017.

EDILSON DUARTE DA CUNHA  
PREFEITO MUNICIPAL

VINICIUS M. BOMFIM  
Contador CRC nº 024.437/O





**Prefeitura Municipal de Planalto**  
ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO VI - ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2018

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2018	Providência	2018
<b>1 Demandas Judiciais</b>	<b>50.000,00</b>		<b>50.000,00</b>
Demandas Trabalhistas	50.000,00	Cred. Adic. por:	50.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>

Planalto - BA, 27 de junho de 2017

**EDILSON DUARTE DA CUNHA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**VINICIUS M. BOMFIM**  
Contador CRC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**  
ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO VII - DE METAS FISCAIS Demonstrativo I - Metas Anuais  
2018

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	60.572.073,32	57.930.445,03	0,028	0,164	63.600.676,99	58.229.911,02	0,029	0,165	66.780.710,85	58.564.565,04	0,030	0,165
Receitas Primárias ( I )	60.564.026,45	57.922.749,09	0,028	0,164	63.592.227,77	58.222.175,30	0,029	0,165	66.771.839,16	58.556.784,84	0,030	0,165
Despesa Total	53.245.735,55	50.923.618,54	0,025	0,144	55.908.022,33	51.186.863,41	0,026	0,145	58.703.423,44	51.481.040,20	0,026	0,145
Despesas Primárias ( II )	53.186.524,88	50.866.990,13	0,025	0,144	55.845.851,13	51.129.942,26	0,025	0,145	58.638.143,68	51.423.791,92	0,026	0,145
Resultado Primário (III)=(I-II)	7.377.501,57	7.055.758,96	0,003	0,020	7.746.376,64	7.092.233,04	0,004	0,020	8.133.695,48	7.132.992,92	0,004	0,020
Resultado Nominal	3.071.397,51	2.937.449,80	0,001	0,008	3.224.967,39	2.952.634,67	0,002	0,008	3.386.215,76	2.969.603,81	0,002	0,008
Dívida Pública Consolidada	64.499.347,73	61.686.445,80	0,030	0,175	67.724.315,12	62.005.328,09	0,031	0,175	71.110.530,88	62.361.679,85	0,032	0,176
Dívida Consolidada Líquida	64.499.347,73	61.686.445,80	0,030	0,175	67.724.315,12	62.005.328,09	0,031	0,175	71.110.530,88	62.361.679,85	0,032	0,176
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
PIB real (crescimento % anual)	2,36	2,50	2,47
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,60	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,55	3,63	3,73
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,56	4,46	4,40
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	214.118.000.000,00	219.470.000.000,00	224.891.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	36.967.000.000,00	38.653.000.000,00	40.377.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2018	2019	2020
Valor Corrente / 1,0456	Valor Corrente / 1,0922	Valor Corrente / 1,1403

Planalto - BA, 27 de junho de 2017.

EDILSON DUARTE DA CUNHA

VINICIUS M. BOMFIM

PREFEITO MUNICIPAL

Contador CRC nº 024.437/0



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO VIII - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior  
2018

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2016 (a)	% PIB	% RCL	II - Metas Realizadas 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação ( II - I )	
							Valor (c) = ( b - a )	% (c/a) x 100
Receita Total	52.870.378,95	0,025	0,196	62.377.082,44	0,030	0,188	9.506.703,49	17,98
Receitas Primárias ( I )	52.870.378,95	0,025	0,196	62.193.579,25	0,030	0,187	9.323.200,30	17,63
Despesa Total	50.244.691,84	0,024	0,186	51.727.358,74	0,025	0,156	1.482.666,90	2,95
Despesas Primárias ( II )	50.244.691,84	0,024	0,186	51.650.221,78	0,025	0,156	1.405.529,94	2,79
Resultado Primário ( III )=( I - II )	2.625.687,11	0,001	0,010	10.543.357,47	0,005	0,032	7.917.670,36	301,54
Resultado Nominal	-1.286.832,11	-	-0,005	7.241.919,24	0,003	0,022	8.528.751,35	-662,77
Dívida Pública Consolidada	63.175.422,61	0,030	0,234	63.175.422,61	0,030	0,190	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	60.755.915,33	0,029	0,225	60.755.915,33	0,029	0,183	0,00	0,00

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2016

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2016	208.140.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2016	208.140.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2016	27.000.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2016	33.174.000.000,00

Planalto-BA, 27 de junho de 2017.

**EDILSON DUARTE DA CUNHA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**VINICIUS M. BOMFIM**  
Contador CRC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO IX - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores  
2018

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	46.044.015,62	62.377.082,44	35,5	57.687.688,87	-7,5	60.572.073,32	5,0	63.600.676,99	5,0	66.780.710,85	5,0	
Receitas Primárias ( I )	45.858.411,69	62.193.579,25	35,6	57.472.420,85	-7,6	60.564.026,45	5,4	63.592.227,77	5,0	66.771.839,16	5,0	
Despesa Total	39.483.942,49	51.727.358,74	31,0	50.710.224,32	-2,0	53.245.735,55	5,0	55.908.022,33	5,0	58.703.423,44	5,0	
Despesas Primárias ( II )	39.414.285,77	51.650.221,78	31,0	50.653.833,21	-1,9	53.186.524,88	5,0	55.845.851,13	5,0	58.638.143,68	5,0	
Resultado Primário ( III )=( I - II )	6.444.125,92	10.543.357,47	63,6	6.818.587,64	-35,3	7.377.501,57	8,2	7.746.376,64	5,0	8.133.695,48	5,0	
Resultado Nominal	-1.822.379,70	7.241.919,24	-497,4	672.034,89	-90,7	3.071.397,51	357,0	3.224.967,39	5,0	3.386.215,76	5,0	
Dívida Pública Consolidada	56.399.267,94	63.175.422,61	12,0	61.427.950,22	-2,8	64.499.347,73	5,0	67.724.315,12	5,0	71.110.530,88	5,0	
Dívida Consolidada Líquida	53.513.996,09	60.755.915,33	13,5	61.427.950,22	1,1	64.499.347,73	5,0	67.724.315,12	5,0	71.110.530,88	5,0	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	51.308.955,42	65.402.370,94	27,5	57.687.688,87	-11,8	57.930.445,03	0,4	58.229.911,02	0,5	58.564.565,04	0,6	
Receitas Primárias ( I )	51.102.128,46	65.209.967,84	27,6	57.472.420,85	-11,9	57.922.749,09	0,8	58.222.175,30	0,5	58.556.784,84	0,6	
Despesa Total	43.998.765,48	54.236.135,64	23,3	50.710.224,32	-6,5	50.923.618,54	0,4	51.186.863,41	0,5	51.481.040,20	0,6	
Despesas Primárias ( II )	43.921.143,81	54.155.257,54	23,3	50.653.833,21	-6,5	50.866.990,13	0,4	51.129.942,26	0,5	51.423.791,92	0,6	
Resultado Primário ( III )=( I - II )	7.180.984,65	11.054.710,31	53,9	6.818.587,64	-38,3	7.055.758,96	3,5	7.092.233,04	0,5	7.132.992,92	0,6	
Resultado Nominal	-2.030.761,16	7.593.152,32	-473,9	672.034,89	-91,2	2.937.449,80	337,1	2.952.634,67	0,5	2.969.603,81	0,6	
Dívida Pública Consolidada	62.848.287,35	66.239.430,61	5,4	61.427.950,22	-7,3	61.686.445,80	0,4	62.005.328,09	0,5	62.361.679,85	0,6	
Dívida Consolidada Líquida	59.633.096,78	63.702.577,22	6,8	61.427.950,22	-3,6	61.686.445,80	0,4	62.005.328,09	0,5	62.361.679,85	0,6	

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2015	2016	2017	2018*	2019*	2020*
10,71	6,28	4,85	4,56	4,46	4,40
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,1143	Valor Corrente x 1,0485	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0456	Valor Corrente / 1,0922	Valor Corrente / 1,1403

\* Inflação Média ( % anual ) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Planalto-BA, 27 de junho de 2017.

EDILSON DUARTE DA CUNHA  
PREFEITO MUNICIPAL

VINICIUS M. BOMFIM  
Contador CRC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO X - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido  
2018

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

(R\$)

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Planalto-BA, 27 de junho de 2017.

**EDILSON DUARTE DACUNHA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**VINICIUS M. BOMFIM**  
Contador CRC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO XI - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
2018

(R\$)

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2016 (a)</b>	<b>2015 (b)</b>	<b>2014 (c)</b>
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>DESPESAS REALIZADAS</b>	<b>2016 (d)</b>	<b>2015 (e)</b>	<b>2014 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( III ) = ( I - II )</b>	<b>(g) = ((Ia - IId) + IIIh)</b>	<b>(h) = ((Ib - ILe) + IIIi)</b>	<b>(i) = (Ic - II f)</b>
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Planalto-BA, 27 de junho de 2017.

**EDILSON DUARTE DA CUNHA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**VINICIUS M. BOMFIM**  
Contador CRC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO XII - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
2018

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

RECEITAS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMEN	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO XII - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2018

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

<b>Para Cobertura de Déficit Atuarial</b>	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------





**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO XII - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
2018

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

<b>Em Regime de Débitos e Parcelamento</b>	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>(-)DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO XII - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
2018

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

DESPESAS	2014	2015	2016
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(IV)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA</b>	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ( VII ) = ( III - VI )</b>	0,00	0,00	0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS ( X ) = S.Ex.Ant. + ( VIII + IX )</b>	0,00	0,00	0,00

Nota

- O saldo de bens e direitos de 2013 era R\$ 0,00

Planalto - BA, 7 de Abril de 2017.

**EDILSON DUARTE DA CUNHA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**VINICIUS M. BOMFIM**  
Contador CRC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO XIII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
2018

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

Planalto - BA, 27 de junho de 2017.

**EDILSON DUARTE DA CUNHA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**VINICIUS M. BOMFIM**  
RC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**

ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO XIV - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas  
Obrigatórias de Caráter Continuado  
2018

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

<b>EVENTOS</b>	<b>2018</b>
	0,00

Planalto - BA, 27 de junho de 2017.

**EDILSON DUARTE DA CUNHA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**VINICIUS M. BOMFIM**  
Contador CRC nº 024.437/O



**Prefeitura Municipal de Planalto**  
ANEXO XV - Relação das Receitas

Página 1

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Grau</b>	
1.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	1	S
1.1.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2	A
1.2.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES	2	A
1.3.0.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	2	A
1.4.0.00.0.0	RECEITA AGROPECUÁRIA	2	A
1.5.0.00.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	2	A
1.6.0.00.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	2	A
1.7.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2	A
1.9.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2	A
2.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	1	S
2.1.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2	A
2.2.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	2	A
2.3.0.00.0.0	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2	A
2.4.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2	A
2.9.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2	A
7.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1	S
7.1.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIAS - INTRA	2	A
7.2.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.3.0.00.0.0	PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.4.0.00.0.0	AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.5.0.00.0.0	INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.6.0.00.0.0	SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7.9.0.00.0.0	OUTRAS REC.CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1	S
8.1.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.2.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.3.0.00.0.0	AMORTIZ.DE EMPRÉSTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8.5.0.00.0.0	OUTRAS REC.DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
9.0.0.00.0.0	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	1	S
9.7.0.00.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	2	A